

Raquel Varela, professora da Universidade Nova de Lisboa, em entrevista à "Vida Judiciária"

"A Segurança Social é sustentável"

TERESA SILVEIRA

teresasilveira@vidaeconomica.pt

Ao contrário do que afirmam outros analistas e é opinião generalizada em Portugal, Raquel Varela, professora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, desfaz as dúvidas quanto à sustentabilidade da Segurança Social. E diz abertamente que "a Segurança Social é sustentável".

Em entrevista à "Vida Judiciária", esta especialista e autora do livro "A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal" argumenta: "A grande falsidade introduzida nesta discussão é o argumento de que temos um problema demográfico, ou seja, muitos velhos para poucos novos. Ora, a população ativa hoje em Portugal é de perto de 5,5 milhões e o número de pensionistas por velhice de 2,5 milhões, ou seja, mais de dois trabalhadores por cada pensionista por velhice, pelo que, mesmo fazendo entrar todos os pensionistas nesta equação, isso não altera a viabilidade do sistema". Questionada ainda sobre a gestão que hoje é feita dos cerca de 10 mil milhões de euros do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), Raquel Varela defende uma solução inovadora: que os 10 mil milhões de euros do Fundo de Estabilização Financeira da SS possam financiar empréstimos para compra de habitação.

Vida Judiciária - Lançou este ano um livro cujo título é "A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal". Pergunte-lhe: o que a leva a afirmar que a segurança social é sustentável, quando praticamente todos os especialistas em Portugal dizem exatamente o contrário?

Raquel Varela - O livro é sobre trabalho e é um livro coletivo. É um retrato do país a partir de quem trabalha, entendido num sentido amplo: todos os que vivem do trabalho e não de renda, juro ou lucro. Poderia chamar-se "O Trabalho em Portugal Hoje". Mas achámos melhor colocar a questão da Segurança Social em primeiro plano, porque esse é um grande bolo que o Governo quer, literalmente, roubar (trata-se de salário social; não devemos esquecer que as reformas e pensões são um salário diferido no tempo, que não é entregue ao trabalhador na altura, mas quando ele deixa de trabalhar). Quem trabalha, como trabalha, onde, quanto ganha, o que é a pobreza, o que é o assistencialismo, quem são estas classes trabalhadoras, agora muito mais heterogêneas do que no século XIX. Ora, a partir dos estudos das relações laborais concluímos que a Segurança Social é sustentável. Mais, é superavitária.

A grande falsidade introduzida nesta discussão é o argumento de que temos

um problema demográfico, ou seja, muitos velhos para poucos novos. Isso não é verdade. Confundir ativos/inativos com novos/velhos tem sido o mote neste tema. Medina Carreira, por exemplo, elabora gráficos de onde retira os desempregados e coloca os pensionistas que não o são por velhice, chegando a um número de 1,2 trabalhadores por cada pensionista. Ora, a população ativa hoje em Portugal é de perto de 5,5 milhões e o número de pensionistas por velhice de 2,5 milhões. Ou seja, mais de 2 trabalhadores por cada pensionista por velhice. Mas mesmo fazendo entrar todos os pensionistas nesta equação, cenário que também calculámos, isso não altera a viabilidade do sistema. Hoje cada trabalhador português é 5,37 vezes mais produtivo do que em 1961, isto é, algo em torno de 430%. Este é o ganho de produtividade alcançado em cinco décadas. Se o sistema era e foi sustentável com produtividade mais baixa, por que não o seria hoje?

VJ - Como avalia o binómio receita/despesa da nossa segurança social, tendo em conta a atual conjuntura e os elevados gastos com pensões e, particularmente, com desemprego e rendimento social de inserção (RSI)?

RV - Em primeiro lugar, se todos trabalharem com relações laborais protegidas, a segurança social é sustentável e superavi-



Raquel Varela defende que "os recursos do FEFSS podiam servir para diminuir os problemas de habitação da população; em vez de se endividarem com um banco, os trabalhadores pediam à SS um empréstimo".

tária, como referi. Não há elevados gastos com pensões, há salários baixos. Muito baixos em Portugal, e quem trabalha mal ganha para viver, quanto mais para pagar as pensões dos que já deixaram de trabalhar! Mais de 80% dos trabalhadores por conta de outrem ganham hoje menos de 900 euros líquidos, os trabalhadores precários ganham em média menos 37%. Mas os lucros em Portugal crescem, cresce o PIB (de forma intermitente nas crises cíclicas), cresce aliás a produção, inclusive no setor industrial. O que temos não é um país pobre, é um país com grande concentração da riqueza. Os pobres estão mais pobres e os ricos estão mais ricos. Entre 1993 e 2009 o volume dos rendimentos mais elevados em Portugal aumentou 67%.

VJ - Nos últimos boletins da execução da segurança social a despesa sobe devido sobretudo aos gastos com pensões. Será possível, financeiramente, ao sistema continuar a pagar as pensões em Portugal sem recorrer ao chamado Fundo de Reserva?

RV - A despesa sobe, e não é por causa do RSI. Houve até com este Governo um

corde de quase 100 mil pessoas que deixaram de receber. Para mim o problema do RSI não é o valor, trata-se de um valor baixo de mera reprodução biológica, que garante que aqueles trabalhadores disponíveis mas desempregados (que por isso pressionam para baixo os salários dos que estão empregados) continuam vivos e disponíveis. Trata-se de gestão da força de trabalho, mas o que ganham mal dá para comer. Comem mal. O problema do RSI é que ele significa, e gera, alguma letargia social, dependência – não por acaso é aconselhado pelo Banco Mundial para evitar revoluções e revoltas sociais. É óbvio que as pessoas devem receber algo se estão mal, mas creio que o direito ao trabalho não pode ser substituído pelo direito a um rendimento mínimo.

VJ - E quanto à minha questão?

RV - Volto à sua questão. Há uma quebra, mas porque há desemprego, precariedade e cortes salariais e porque o Estado descapitaliza a Segurança Social. Permita-me dar alguns exemplos. Os fundos de pensões da Marconi, CGD, PT, ANA foram transferidos para o Estado, hoje valem menos um terço (eram 4560 milhões e valem hoje 3386 milhões); dívidas acumuladas à segurança social (são já mais de nove mil milhões, mais do que o orçamento do SNS). Depois, 1,4% do PIB já é gasto em formação profissional (na verdade trata-se de, passe a expressão, «entreter» os trabalhadores para as empresas não perderem lucros em momentos de baixa da produção). Antes, as paragens da produção, a diminuição de encomendas eram assumidas como riscos do investimento; agora envia-se a fatura para a Segurança Social. Os programas ditos de apoio ao emprego são uma forma de delapidar recursos e não apoiam o emprego. Em 1991 uma empresa podia ser dispensada de pagar segurança social por três anos se contratasse um trabalhador por tempo indeterminado. Hoje a empresa contrata um trabalhador seis meses, despede-o e quem paga esses seis meses é a segurança social. Temos até a utilização do fundo da Segurança Social para «ajuda humanitária ao Kosovo!» E utilização do fundo para financiar o Estado, obrigando ao investimento em títulos da dívida pública.

VJ - Exatamente relacionado com isso, como comenta a gestão que hoje é feita dos cerca de 10 mil milhões de euros do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)?

RV - Uma péssima escolha política. Antes de se demitir, o ex-ministro das Finanças, Vítor Gaspar, deu autorização para a utilização do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) em investimentos com dívida pública até 90%. A esta operação chamou o Wall Street Journal, um jornal liberal, «repressão financeira». Veja, até aqui 55% deste fundo estava investido em dívida pública portuguesa ou dívida garantida pelo Estado (nesta última definição pode estar dívida tóxica como a do BPN), 25% em dívida pública de outros Estados da OCDE e 17% em ações de empresas estrangeiras. Os investimentos em títulos são altamente arriscados porque dependem das crises cíclicas (desvalorização cíclica da propriedade), mas, sobretudo, investir em títulos da dívida pública significa investir em algo que hoje vale pouco mais do que o papel onde está impresso. Na verdade, alguém acredita que, no atual estado da economia, estes títulos serão resgatados daqui a 10 anos pelo seu valor?

VE - O FEFSS é mesmo necessário ou os montantes que anualmente a ele são afetados (provenientes das contribuições das empresas e dos trabalhadores) poderiam ajudar a contribuir para uma maior sustentabilidade do sistema de segurança social? Pergunto-lhe isto porque li declarações suas (creio até que foi num artigo de opinião no jornal i) questionando esta matéria...

RV - Justamente. Nem devia haver esse fundo. A segurança social é superavitária, por isso é arreadado esse «excesso» para devolver aos trabalhadores quando não houver, digamos assim, dinheiro suficiente. O FEFSS é uma parte do salário tirada das contribuições dos trabalhadores em nome de uma promessa futura. A promessa de que, quando não houver dinheiro para pagar as pensões através das contribuições, utiliza-se este fundo. Qual é a lógica desta operação? Financiar o capital financeiro.

À medida que o FEFSS investe em títulos do Estado português, ainda que este fundo cresça, ele vai delapidando as contas

“Se todos trabalharem com relações laborais protegidas, a segurança social é sustentável e superavitária. Não há elevados gastos com pensões, há salários baixos. Muito baixos em Portugal, e quem trabalha mal ganha para viver, quanto mais para pagar as pensões dos que já deixaram de trabalhar!”

públicas portuguesas. Porque a dívida pública é uma renda fixa que depende do pagamento de um juro. Esse juro é garantido por uma massa de recursos que depende, para a sua «credibilidade nos mercados», do corte de salários e pensões. Isto é, quanto mais se cortam as pensões e os salários, mais o Estado arrecada e transfere recursos públicos para mãos privadas sob a forma de rendas fixas (juros da dívida, PPP, etc.). Por fim, lembro que, a haver uma renegociação da dívida, ela vai assim recair também sobre as reformas dos trabalhadores, que foram parcialmente investidas na própria dívida. Daí termos escrito que o fundo é uma corda ao pescoço dos trabalhadores.

VJ - Também li nesse artigo de opinião que defende uma solução inovadora quanto à utilização do FEFSS: que em vez de se endividarem com um banco, os trabalhadores (parte deles) poderiam pedir à Segurança Social empréstimos, nomeadamente para compra de habitação. Continua a defender esta ideia?

RV - Sim. Esses recursos, enquanto não são aproveitados, podiam servir para diminuir os problemas de habitação da população. Em vez de se endividarem com um banco, os trabalhadores (parte deles) pediam à segurança social um empréstimo. Uma espécie de empréstimo dos trabalhadores aos trabalhadores, entendidos aqui, como disse, no sentido amplo de «aqueles que vivem do salário». Mas em vez desta escolha, decide-se financiar a banca, que por sua vez financia, com custos muito mais altos, os trabalhadores para adquirirem casa. Este é um exemplo, entre outros, de que o fundo

“Estamos numa fase, acho, em que ou crescem os lucros ou os salários, e se forem os salários a baixar isso tem um significado – queda geral dos padrões sociais de civilização, crescimento da barbárie”, alerta Raquel Varela.



da segurança social pode ter uma gestão que seja do interesse público. Mas isso implicará provavelmente capacidade dos trabalhadores de inventarem um sistema em que eles próprios tenham o

controlo sobre os fundos, em vez do Estado. Nem o antigo sistema cooperativo nem o privado, porque ambos se destinam às camadas que podem pagar. Creio que terá que ser um sistema público,

universal, mas controlado pelos contribuintes e não pelo Estado.

VJ - A Segurança Social teria condições de emprestar dinheiro em condições fi-

nanceiramente mais competitivas que os bancos? Porquê?

RV - Porque não precisa de cobrar juros e spreads usurários. A Segurança Social é dos trabalhadores, para satisfazer necessidades destes. Um banco é privado, para ter lucro. Porque haveria a Segurança Social, de quem trabalha, de cobrar juros altíssimos aos trabalhadores, isto é, a si própria?

VJ - E os juros cobrados serviriam para financiar a própria Segurança Social?

RV - Exato!

VJ Constatamos, por outro lado, que tem sido necessário que o Estado vá cobrindo o défice da segurança social, através de transferências do Orçamento do Estado. Esse não é precisamente um indicador de que a segurança social não é sustentável só com as suas receitas?

RV - Por exemplo, o fundo de pensões da banca foi transferido para o Estado, mas para pagar dívidas à banca e às farma-

cêuticas. Hoje, saem do Orçamento do Estado 530 milhões anuais para pagar as pensões destes pensionistas. Mas o que têm os pensionistas da segurança social, que toda a vida descontaram, a ver com isto? Nada. Transformou-se um problema da banca e das farmacêuticas (dois dos setores mais lucrativos do mundo) num assalto ao salário social de quem trabalha.

VJ - Ou será necessário diversificar as fontes de financiamento da Segurança Social? O que é que defende a este nível?

RV - Como disse, mantendo relações de trabalho padrão (pleno emprego e salários decentes) e não permitindo a sua descapitalização, a segurança social é superavitária. Não é preciso diversificar as fontes, embora seja claro que as grandes empresas que têm muita tecnologia e poucos trabalhadores pagam muito menos do que deviam. Nem sequer tinha sido necessário introduzir o factor de sustentabilidade, então pelo Governo PS – ele já foi

induzido, quanto a nós erradamente, para fazer face à descapitalização por parte do Estado, que de um lado usa os fundos para setores que não devia e do outro promove e regula a flexibilização laboral. O trabalho não foi desregulado. É a política, por isso escolhas, que define as relações laborais. O trabalho foi flexibilizado por regulamentação estatal.

VJ - O volume de desemprego em Portugal é dos mais elevados da Europa (apesar dos ligeiros decréscimos dos últimos 3 meses). Crê que a Segurança Social tenha condições financeiras para continuar a pagar estas obrigações sociais?

RV - O subsídio de desemprego é um desconto dos trabalhadores. Não é uma benesse da segurança social. Portanto, se ninguém mexer nesse dinheiro, ele tem que lá estar. Não acho é que haja condições de haver uma sociedade sustentável – como sociedade humanizada, civilizada – com estes índices de desemprego. Não é só a segurança social, nada é

“O problema do RSI é que ele significa, e gera, alguma letargia social, dependência – não por acaso é aconselhado pelo Banco Mundial para evitar revoluções e revoltas sociais. É óbvio que as pessoas devem receber algo se estão mal, mas creio que o direito ao trabalho não pode ser substituído pelo direito a um rendimento mínimo”



sustentável com tanta gente desesperada sem trabalho.

VJ - E quanto à ADSE? Que opinião tem sobre a sustentabilidade da ADSE? A tendência será para a sua extinção a prazo? Recorde que a ADSE é um despesa dos trabalhadores, não é uma dívida do Estado.

RV - O facto de os novos funcionários públicos que entram passarem a estar abrangidos por contrato individual de trabalho diminui a entrada de receitas para a ADSE. Esse facto não contribui também para a insustentabilidade da ADSE?

Sim, e os despedimentos vão destruir a segurança social, para além da qualidade dos serviços públicos. Se não há quem trabalhe e desconte, como se mantém um sistema de solidariedade intergeracional?

VJ - Defende a fusão entre ADSE e segurança social e a convergência de sistemas, como tem sido defendido pelo Governo? Em que condições?

RV - Só defendo a fusão se for para todos ficarem com mais benefícios. Equidade por cima e não por baixo, como quer este Governo. Produzimos, mesmo em recessão, 170 mil milhões de euros de riqueza coletiva anual e estamos a discutir se alguém tem acesso à saúde e educação, coisas básicas? Vivemos na Idade Média ou numa sociedade altamente produtiva e desenvolvida, onde temos obrigação de dar a todos aquilo que de melhor, juntos, produzimos?

VJ - Para finalizar, gostaria de lhe pedir uma/duas ideias centrais sobre aquilo que deveriam ser, em sua opinião, as prioridades do Governo em matéria de Segurança Social e como forma de garantir a sua sustentabilidade. Se fosse ministra da tutela, o que faria?

RV - Devolvia todo o dinheiro roubado. Torno a dizer que é roubado porque as pensões e reformas são salário social – é um salário diferido no tempo. São remunerações do trabalho feito pelos trabalhadores. Suspendia o pagamento da dívida pública, que é uma renda fixa de capital. Era de 70% do PIB em 2008, agora é de 130%. O chamado resgate é inteiramente um resgate da banca. Produzimos 100 e pagamos 130. Isto é possível? Não. O que faria mais? Iniciava

um programa geral de pleno emprego com redução do horário de trabalho sem redução salarial. A segurança social voltava imediatamente a ser superavitária. Quem perdia? Quem tem...contas na Suíça! A Alemanha invadia-nos? Seria uma novidade histórica num contexto destes. Suspendiam os investimentos? E as consequências que isso teria em toda a Europa? Pergunto eu, se me permite: como olhariam para nós os outros povos da Europa? Falo dos povos da Europa, não dos atuais dirigentes políticos. Olhar-nos-iam como uns caloteiros que falharam o pagamento de uma dívida honrada ou como um povo corajoso que seria daí para a frente um exemplo de resistência e civilização?

Podia mentir e responder que faria uma renegociação da dívida favorável, propunha eurobonds... Mas isso é uma utopia histórica, assente na ideia de que na Europa seria possível um movimento como o que unificou os EUA no final do século XVIII. Isso aconteceu no quadro do início do desenvolvimento histórico do capitalismo. Estamos no século XXI, acreditar que essa solução é viável descansa as consciências, mas não impede a regressão social porque é o mesmo que acreditar que os empresários alemães vão abdicar de uma parte dos seus lucros para os trabalhadores portugueses, gregos, alemães. O que se verifica hoje é que a Europa não está a resistir, de forma civilizada, isto é, sem impor retrocessos sociais, à sua primeira grande crise. 50 milhões de desempregados, precarização e generalização dos empregos parciais com baixíssimos salários, descapitalização da segurança social – este é o cenário europeu.

VJ – E soluções?

RV - Com sinceridade, eis o que pondero: estamos em cima de um 1929. Estou convencida disso. Pode ser que me engane. Mas se eu estiver certa, e tantos outros colegas que pensam o mesmo, o sistema financeiro mundial teria colapsado em 2008 sem ajudas milionárias. Mas essas ditas ajudas não caem do céu. A sociedade tem limites produtivos, um bolo que não cresce indefinidamente. A conta foi enviada para o único lugar que produz – salários e pensões (salários diferidos). Porque esta crise deixou claro que dinheiro não produz dinheiro – a economia de casino só

“O que se verifica hoje é que a Europa não está a resistir, de forma civilizada, isto é, sem impor retrocessos sociais, à sua primeira grande crise. 50 milhões de desempregados, precarização e generalização dos empregos parciais com baixíssimos salários, descapitalização da segurança social – este é o cenário europeu.”

existe se e quando se valoriza na produção real. Isto é, numa palavra, nos salários. Estamos em cima de um 1929 ou pior, porque a acumulação foi muito maior, porque estamos no meio de um processo de globalização muito mais extenso. Temos de fazer escolhas, que não são mais possíveis no quadro da proposta keynesiana de esquerda de que lucros e salários podem crescer juntos. Há um keynesianismo de direita que é o militarismo, a criação de uma economia de guerra, que é como têm vivido os EUA, parcialmente desde a II Guerra Mundial. Ora, estamos numa fase, acho, em que ou crescem os lucros ou os salários, e se forem os salários a baixar isso tem um significado – queda geral dos padrões sociais de civilização, crescimento da barbárie. Este ano venderam-se em Portugal 75 mil comprimidos por dia para doenças do foro psíquico, há 100 mil crianças em risco, generalizam-se as cantinas sociais (a nova sopa dos pobres), há 1 milhão e 400 mil desempregados. Isto não é uma expressão de barbárie social? Temos de ter coragem para impedir isto – pelos pensionistas, pelos nossos pais, avós, mas também por nós e pelos nossos filhos.